

UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A ABORDAGEM LINGUÍSTICA NA PESQUISA E NO ENSINO

*Hirão Fernandes Cunha e Souza**
*Lucas Santos Campos***

RESUMO:

Novas concepções de ver a linguagem, a exemplo daquelas trazidas pela Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Linguística Textual e a Linguística Aplicada, estão reintroduzindo na pesquisa e no ensino os sujeitos do discurso, excluídos das reflexões sobre a linguagem pela Linguística Estrutural. A visão estrutural de ver o fenômeno linguístico, considerando a língua como um sistema invariante, afastou toda a consideração da ordem social no tratamento e análise da língua. Felizmente, nas últimas décadas, deixou-se de ver a língua como algo de existência autônoma, abstrata, e sim como algo que existe embutida na diversidade social de seus falantes. A palavra de ordem hoje nas aulas de língua portuguesa, por exemplo, é o foco no aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem. Tenciona-se, como fim último das aulas de português, formar leitores e escritores críticos. Não dá mais para ficar bitolado nas aulas decorebas de gramática, enfadonhas e que não motivam os alunos a uma prática social. Hoje, busca-se transitar por outras instâncias, trabalhando o texto, não como pretexto para decorar regras e conceitos, mas na perspectiva de sua coesão, coerência e, sobretudo, do seu propósito comunicativo. Todo texto possui uma intencionalidade por parte de quem escreve e é o entendimento desse propósito, desse fim presente em cada produção textual, a exemplo dos gêneros textuais, que desenvolverá nos alunos a capacidade de pensar e refletir sobre o mundo. O que se busca ou, pelo menos, se deve buscar hoje da escola é um espaço democrático, respeitador das diferenças e com oportunidades para todos. Hoje, erguem-se vozes antes desprezadas, mas que estão ganhando espaço no meio social e, naturalmente, nas salas de aula. Esses gritos calados e amordaçados há muito estão mostrando que o Brasil é muito grande e que nele tem espaço para todos. Desse ponto de vista, este trabalho tem o objetivo de apontar uma perspectiva para a abordagem linguística, associando pesquisa e ensino, em torno de uma temática emergente.

PALAVRAS-CHAVE: Língua, ensino e sujeitos do discurso.

1 Considerações iniciais

A diversidade social e linguística encontrada no Brasil sempre despertou o interesse de muitos pesquisadores e estudiosos em busca de mapear e entender essa realidade

*Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Secretário Geral da Pós-Graduação (UNEB – Irecê).

**Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professor titular da Uesb.

multifacetada. Na sala de aula, pequena amostragem da sociedade, nota-se, claramente, a heterogeneidade existente no alunado, identificada através de comportamentos diversos, elemento que revela formações culturais variadas. Partindo dessa perspectiva, este trabalho justifica-se por apresentar uma reflexão sobre um tópico da realidade plural brasileira e a grande missão dos pesquisadores e educadores de descrever e interpretar o mosaico formador da sociedade e das salas de aula em todo o país.

Não é mais cabível considerar o ensino apenas como o ato de transmitir conteúdos, tendo o aluno como uma tábua rasa, uma folha em branco, sem experiências e conhecimentos anteriores. É necessário, antes de tudo, que os professores façam uma análise crítica da realidade e aprenda a conviver com essa heterogeneidade. Nessa ótica, a prática docente deve ser pensada de forma crítica, como diria Hall (2003), na perspectiva de que as sociedades sempre foram complexas e diversas, e que compreender essa diversidade é um grande passo para um ensino mais justo e com mais responsabilidade.

Partindo desse ponto de vista, temos como objetivo apontar uma perspectiva para a abordagem linguística, associando pesquisa e ensino. Adjacentemente, assinalamos que a pluralidade brasileira se faz cada vez mais evidente, pois o acesso ao conhecimento, a cada dia, se torna bastante ampliado; apontamos que nosso sistema educacional precisa passar por mudanças profundas para que tenha condições de atender a esse novo público, vitimado e excluído há muito. Novas vozes estão surgindo em busca de seus direitos, negados por décadas, e nosso sistema de pesquisa e ensino, anacrônico e retrogrado, precisa ousar adaptar-se aos novos tempos.

Um possível caminho para mudar esse quadro é aproximar ensino e pesquisa. As descobertas realizadas nos centros universitários, através dos projetos de pesquisa, necessitam sair do ambiente fechado do gabinete e alcançar a sala de aula, alavancando as mudanças que os novos tempos exigem.

O dinheiro público gasto em pesquisas deve ter como retorno a aplicação dessas novas ideias na melhoria do sistema educacional brasileiro. Afinal, essa conta é paga por todos os contribuintes da nação. O ensino e a pesquisa devem andar juntos para que haja

uma transformação no nosso precário sistema educacional, de forma a transformar nossas instituições em ambientes capazes de formarem alunos críticos, capazes e, principalmente, conscientes de seus direitos e de suas responsabilidades como cidadãos.

2 Língua: um olhar da perspectiva da pesquisa e do ensino

A orientação normativa (a tão conhecida Norma-Padrão) cristalizou a crença de que somente a variedade padrão é sistemática e que as demais são corrupção da mesma. No início do século XX, mais precisamente em torno de 1916, encabeçada por Ferdinand de Saussure, constitui-se a tradição estruturalista de ver os fenômenos linguísticos. As ideias do mestre genebrino, em seu *Curso de Linguística Geral*, foram fundamentais para um estudo descritivo da língua, possibilitando a importante consideração das variedades não padrão como objetos legítimos de análise.

Saussure institucionaliza uma Linguística interna, isto é, uma visão de língua iminente, destituída de seus falantes. Nesse primeiro momento, não havia uma relação nítida entre língua, cultura e sociedade, pois não se tinha a preocupação em pensar a questão do social no campo dos estudos linguísticos.

Por outro lado, mulheres, homens, das capitais, dos interiores, dos bairros nobres, das favelas, de ontem e de hoje, sempre se comunicaram para viver e sobreviver. Em 1906, Antoine Meillet, aluno de Saussure, enxergando essa complexidade, percebeu que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam e que língua, cultura e sociedade são fenômenos inseparáveis, indissociáveis. Fazendo um paralelo dessa visão com o pensamento de Hall (2003), quando esse assinala que as sociedades sempre foram complexas e diversas, percebe-se que o que havia, verdadeiramente, na primeira metade do século XX e, em certa medida, continua ocorrendo é uma falta de interesse por parte dos segmentos detentores do poder econômico, político e social em reconhecer essa diversidade.

Nada mais natural, pois a relação entre língua e poder sempre foi muito próxima. Assim sendo, as antigas forças detentoras desse poder ainda lutam para manter seus privi-

légios. Nunca foi conveniente para as classes mais abastadas política e economicamente reconhecer um Brasil multiforme, colorido, mas com isonomia.

Décadas de corrupção, ausência de escolas bem estruturadas, hospitais sem equipamentos e, principalmente, o profundo descaso com o dinheiro público estão forçando a saída do grito calado, preso na garganta, de uma sociedade há muito cansada dessa triste realidade.

Mattos e Silva (2004, p. 72) registrou “teima-se em desconhecer o Brasil pluriétnico, pluricultural e plurilíngue”. Aos poucos, felizmente, essa teimosia está sendo destruída. Começa-se a derrubar (de forma lenta e gradual) o mito da unidade linguística da nação. “Outras vozes falam e escrevem hoje no país” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 72). A presença de índios e imigrantes na sociedade e nas escolas comprova esse plurilinguismo (e também pluridialealismo) e amplia a necessidade de o professor estar preparado para transitar nessa nova ceara.

Não dá mais para nos esconder da realidade dos fatos. Atualmente, a sala de aula é um caldeirão onde todo mundo, se não tem, deve ter voz. Aquela ideia de homogeneidade já não se pode sustentar tão facilmente. Somos obrigados a reconhecer a diversidade do alunado, como uma diversidade de sujeitos “inclusive sujeitos bilíngues, alunos cuja língua materna não é o português: há alunos indígenas, alunos surdos, alunos oriundos de comunidades imigrantes, entre outros” (MAHER, 2007, p. 67).

É o multiculturalismo identificado por Hall (2003) e a necessidade de ensinar língua como cultura, já que a língua faz parte da cultura e deve ser ensinada através dela. Com um passo mais adiante, mais além do que o "multi", o ideal seria ver o ensino e a pesquisa na perspectiva "intercultural", engajada, e não apenas como ato de transmitir conteúdos, fazendo uma análise crítica dos mesmos, pensando a prática escolar como professores críticos e atuantes. Ainda considerando Maher (2007, p. 89):

As identidades culturais não são uniformes e nem fixas e o que ocorre na sala de aula não é simples justaposição de culturas. Ao contrário: as identidades culturais nela presentes (tanto de professores, quanto de alunos) esbarram, tropeçam umas nas outras o

tempo todo, modificando-se e influenciando-se continuamente, o que torna a escola contemporânea não o lugar de “biculturalismos, mas de interculturalidades.

O que está acontecendo, na realidade, são movimentos e deslocamentos dos centros de referência, são os microcentros do conhecimento e os micropoderes definidos por Foucault (1979) com um conhecimento cada vez menos centralizado.

Um bom exemplo dessa desconcentração é a chegada cada vez maior de imigrantes europeus no país. Será que a nossa estrutura sociopolítica e econômica está preparada para amparar essa grande massa (terá emprego, alimento, vida com dignidade para todo esse contingente)? Os filhos dessas pessoas precisarão de postos de saúde e, mais especificamente de escolas. Será que a escola tem estrutura para tanto? E o professor, em especial, está realmente preparado para esse novo momento?

Temos atualmente uma diversidade cada vez mais diversa. “Se antes era mais fácil ignorar a diversidade que sempre caracterizou o ambiente educacional no país, hoje, a sua atual amplitude força os pesquisadores e educadores a ter que admiti-la” (MAHER, 2007, p. 67).

Infelizmente, em boa parte das escolas, o ensino ainda não foca satisfatoriamente essa diversidade. Muitas escolas ainda não reconhecerem a realidade da língua materna e sua diversidade diatópica e diastrática, algo já tão debatido nos principais centros de pesquisa do país. Além disso, não trata com seriedade a questão do bilinguismo dentro da sala de aula.

Como fazer a inclusão de alunos, por exemplo, que chegam à Universidade sem saber ler e escrever?

Para encarar tal demanda, os professores devem compreender essa complexidade, perceber que os contextos são diferentes e, por essa razão, não se deve apenas aplicar métodos, fórmulas pré-estabelecidas. Os professores devem viajar para outras instâncias, já que nenhum conhecimento é construído fora do nosso entorno.

É aquilo que Maher (2007) chama de relação desigual de força e de poder. Existe uma tradição que impõe regras, a exemplo do bilinguismo obrigatório aos indígenas, sur-

dos e de comunidades imigrantes. Caso o professor não se atenha a essa realidade injusta, corre o risco de estar agindo com ingenuidade. O respeito a essa diversidade deve ser efetivado com ações afirmativas e transformadoras que fatalmente passarão pelo viés da reflexão linguística.

3 A pesquisa na perspectiva do ensino

No campo da pesquisa linguística, as Universidades ainda estão muito focadas no âmbito interno da língua. Ainda é muito comum vermos práticas em que levantam-se dados, que são catalogados, jogados em tabelas e quadros, calculados e transformados em porcentagens. Uma análise fria, sem contato com o social e sem considerar os diversos fatores que contribuíram (ou não) para aqueles resultados.

Felizmente, em contraponto a essa prática, novas perspectivas têm sido recomendadas. Na construção de um dicionário ou glossário, para citar apenas um dos infinitos exemplos, não se tem mais olhado apenas a etimologia, a "correção gramatical" ou o conceito canônico desse ou daquele termo.

Deve-se sim olhar também se a definição é preconceituosa, se o contexto é mais ou menos adequado para aquele contexto de uso, se as pessoas ainda estão usando aquele item lexical, considerando coisas mais contextuais e culturais.

Deve-se considerar o sujeito falante como parte da análise. Pesquisas produzidas em antigos gabinetes, de portas fechadas, com livros mofados e uma reflexão de costas para o que acontece lá fora, nos corredores, no pátio, na avenida, no bairro ou na cidade, não são mais desejáveis ou aceitáveis. Nesse sentido, Mendes (2012, p. 1) destaca que

No processo natural da evolução do pensamento, sobretudo na grande área dos estudos da linguagem, visões diferenciadas do que seja a língua, por conseguinte, têm ensejado igualmente posturas diferenciadas nos modos como produzimos conhecimento ao fazeremos pesquisas, ao planejarmos cursos, materiais instrucionais e metodologias de ensino, bem como ao conduzirmos a formação de futuros professores de língua, nesse caso específico de língua portuguesa.

O professor e o pesquisador devem pesquisar e ensinar muito mais do que apenas a estrutura e/ou normas da língua, devem ter uma preparação filosófica, social, psicológica e, acima de tudo, uma reflexão teórica sobre o mundo e pensarem sobre ele. Tudo é leitura. Vivemos num mundo semiótico onde tudo deve ser lido, cada detalhe deve ser levado em consideração, sobretudo aqueles ligados à essência humana.

Desse ponto de vista, apresentamos uma perspectiva de pesquisa na área da Antroponímia (um dos campos da Onomástica), não no sentido apenas de coleta fria de dados a serem catalogados e arquivados, mas sim considerando a importância de se observar os fatores históricos e sociais responsáveis por aquela realidade a ser estudada.

Destacamos uma pesquisa que consiste em desvendar a escrita do nome próprio em uma irmandade de negros da Bahia dos séculos XIX e XX, a "Sociedade Protetora dos Desvalidos" (doravante SPD), em arquivos encontrados pelo professor e pesquisador da Universidade Federal da Bahia, Klebson Oliveira (2001).

Nesse estudo, deverão ser considerados, principalmente, os fatores socioculturais determinantes para a atribuição do nome das pessoas, já que falar do nome próprio é falar de um indivíduo que ocupa um lugar na sociedade em um certo momento da história.

Seguindo essa linha de raciocínio, para interpretarmos a importância e a influência na atribuição do nome próprio, se faz necessário situar a origem dos membros da SPD.

Um pouco sobre a origem dos membros da SPD

A escravidão africana deixou um saldo negativo na história do Brasil e da humanidade. Foi, na idade moderna, delimitação eminentemente didática para os estudos históricos, que o tráfico negreiro fincou suas marcas. Com essa imposição comercial de vidas, a humanidade criou um trânsito bastante plural de línguas e de culturas, ampliando ainda mais as já existentes sociedades multiculturais.

Hall (2003), ao falar do multiculturalismo, diz que essas sociedades **multi** não são algo novo. Muito antes das Grandes Navegações, a migração e os deslocamentos dos po-

vos sempre foi uma regra e cita Goldberg (1994, p. 23) que define: “Movimento e migração (...) são as condições de definição sócio-histórica da humanidade.”

Provindos de várias áreas do continente, nesses deslocamentos forçados, pertencentes a diversos povos e culturas, os negros eram capturados, acorrentados, amontoados nos navios negreiros e transportados em condições degradantes para trabalhar como escravos nas colônias portuguesas, dentre elas, a do território que veio a se chamar Brasil:

O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o "pós-colonial" marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra (HALL, 2003, p. 103).

Devido a sua maciça predominância nas frentes de trabalho, seja em áreas rurais ou urbanas, esses escravos trouxeram a sua cultura e seus costumes para a colônia, misturando com a cultura indígena que já existia e com os próprios hábitos e costumes trazidos de Portugal. Além dessa forte influência cultural, segundo Mattos e Silva (2004), foi essa grande leva de africanos e seus descendentes quem mais difundiu o atual português popular brasileiro falado, de forma diversa, em todas as áreas do nosso imenso território, durante o Brasil - Colônia e, posteriormente, no pós-colonial. O mais importe desse fato, como reflexo da colonização, é saber que esse grande contingente populacional foi para um Brasil republicano destituído das mais elementares condições dignas de vida.

Como esses falantes, responsáveis pelo desenho do atual português popular, não estão mais vivos, sobra a árdua tarefa de mapear esse português através de textos escritos, considerando uma época em que o escravo era proibido de frequentar escolas. Entra em cena a importância dos arquivos públicos como verdadeiros guardiões da história e da memória de um povo que viveu e que sofreu sob o jugo da escravidão.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade negra detentora de um riquíssimo acervo escrito por africanos e afrodescendentes, fundada em 1832, em pleno século XIX, possui documentos que, na opinião de Lobo e Oliveira (2007), são de grande importância para uma melhor compreensão da história tanto social, quanto linguística do Brasil, considerando duas razões fundamentais: (i) permitirão uma reconstrução mais

aproximada das normas vernáculas do português brasileiro e (ii) contribuírem para desvendar a história da cultura escrita no país.

Podemos apontar uma terceira razão, a contribuição desses documentos, escritos por africanos e afrodescendentes, em especial os requerimentos de entrada de sócios para a SPD, para o estudo da história do nome próprio, assunto ainda pouco explorado no Brasil.

Como a atribuição do nome próprio (ou a não atribuição) é sempre motivada por fatores sociais, econômicos, religiosos ou culturais, a antropônimoia, como ramo da Onomástica, constitui-se em um campo de estudo importante para se entender a sociedade da época, já que pode revelar aspectos da história de vida daquele povo, denunciando o momento histórico vivenciado por aquela sociedade.

Na época da escravidão, os negros trazidos para o Brasil, por exemplo, quando capturados, sofriam o apagamento de seus nomes de origem e eram coisificados, como meras mercadorias. É o que Hébrard (2000, p. 7) denuncia como “a negação do nome próprio”, já que, expropriados de seu nome de origem, os negros não tinham direito a um nome escrito. Deixavam de ser homens, mulheres e crianças para serem apenas lotes de mercadorias, com uma marca confeccionada a ferro quente, no braço direito, contendo informações sobre o navio que os transportava. Quem eram essas pessoas e de onde vinham não tinha importância, o que contava era o lucro do investimento.

No decorrer do período colonial, com a intensificação do tráfico de escravos para as colônias portuguesas, o jogo de interesses entre o Estado e a Igreja estabeleceu novas regras para o comércio de escravos. A Coroa, interessada em atribuir taxas às mercadorias compradas, passou a exigir um maior controle escriturário das cargas humanas, com seus devidos registros, e a Igreja passou a exigir os rituais religiosos do batismo, interessada em congregar mais fiéis para sua fé. Desde a África, com o fisco do Estado e o batismo da Igreja, esses escravos passaram a entrar para os arquivos da administração real.

Deixando de serem identificados com o nome do navio, as marcas do reino trazidas na pele representavam a outorga do Estado e a cruz representava o registro escrito do sacramento, ambas feitas a ferro quente.

Importante destacar que, até esse momento, segundo Hébrard (2000), o escravo era um batizado sem nome, já que apenas trazia o signo da cruz marcado no corpo. O autor faz referência ao princípio da negação do nome próprio, reduzindo homens e mulheres a meras mercadorias, e faz referência a algumas listas nominais de escravos que foram designados por seu nome africano, antes do batismo. O autor lamenta não ter encontrado documentos desse tipo para o tráfico em direção a Salvador. Assim, na saída do território africano, houve o apagamento do nome próprio, e na chegada à Bahia de Todos os Santos, a atribuição de um nome cristão.

4. Estudo do nome próprio de africanos e afrodescendentes que transitavam na Salvador de outrora

Como indicamos anteriormente, neste estudo, deverão ser considerados, principalmente, os fatores socioculturais determinantes para a atribuição do nome das pessoas. Assim sendo, perguntamos: Quem eram essas pessoas que transitavam na Salvador de outrora? Quais os seus nomes? Como viviam? O que faziam? Como falavam e escreviam? Tais indagações motivaram estudos sobre um Brasil colônia que, em pleno século XIX, detinha uma população composta, em sua maioria, por africanos e afrodescendentes.

Prenuncia-se, passo a passo, um verdadeiro mapeamento do processo de constituição desse português, ao longo dos seus cinco séculos de história. Para os documentos da referida Sociedade, um bom exemplo de registro dessa realidade é a obra de Oliveira (2006), intitulada *Negros e a escrita no Brasil do século XIX, sociohistória, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, documento que registra aspectos tanto sociais quanto linguísticos dessas comunidades de escreventes residentes em Salvador na primeira metade dos oitocentos. O estudo desses escritos, de grande valor documental, está contribuindo para desvendar os caminhos da história escrita de classes subalternas.

Esses documentos proporcionarão também o estudo do nome próprio e o conhecimento das motivações sociais e culturais para as suas atribuições. Os dados serão levantados, com a importante consideração de que, se existe um nome é porque existiu um detentor, uma pessoa que nasceu, cresceu, viveu, sofreu e sonhou na Salvador da virada do século XIX.

Como síntese e retomando o pós-colonialismo expressado por Hall (2003), o Brasil ainda não está totalmente livre das marcas da desigualdade implantadas desde os idos de 1500. Ainda vivemos em uma sociedade injusta, discriminadora e que prioriza demasiadamente o capital em detrimento de outros valores muito mais fundamentais para se ter uma sociedade saudável.

É nesse ponto que a escola (e todos os agentes que a constituem) deve passar por um processo de transformação profundo, reconhecendo e aceitando as diferenças, valorizando as inteligências e as capacidades individuais, as iniciativas e as novas ideias, para que se possa ter, nas próximas gerações, alunos que amem suas origens, seu povo e tenham a cabeça aberta para o que há de bom e belo na vida.

5. Uma consideração final

Contamos que esse indicativo possa servir de inspiração para uma nova perspectiva no campo da pesquisa linguística, assim como para a reflexão sobre língua na sala de aula, adotando o ser humano como elemento central do estudo da linguagem.

A NEW PERSPECTIVE ON APPROACH OF LINGUISTICS IN TEACHING AND RESEARCHING

ABSTRACT:

New conceptions of seeing the language, like those brought by the Sociolinguistics, Discourse Analysis, Linguistics and Applied Linguistics Textual, are reintroducing the research and teaching subjects of discourse, excluded reflections on language by structural linguistics. A structural view of seeing the linguistic phenomenon, considering the language as an invariant system away all consideration of the social order in the treatment and analysis of language. Fortunately, in recent decades, was left to see language as something autonomous, abstract existence, but rather as a link embedded in the social diversity of its speakers. The buzzword today in the Portuguese language classes, for example, is the focus on the student as an active subject of the learning process. It is intended,

as the last Portuguese classes end, educating readers and writers critical. You can no longer be narrow-minded in class repeated grammar, boring and does not motivate students to a social practice. Today, we seek to transit through other instances, above the text, not as an excuse to decorate rules and concepts, but in view of its cohesion, coherence, and especially its communicative purpose. Every text has a intend by the writer and is understanding of that purpose, this order present in each text production, like the genres that develop in students the ability to think and reflect on the world. What is sought or, at least, one should seek the school today is a democratic, respectful of differences and opportunities for everyone. Today Voices are rising before despised, but are gaining ground in the social environment and, of course, in the classroom. These silent screams long and gagged are showing that Brazil is very big and has room for it all. From this point of view, this paper aims to point the perspective for linguistic approach, combining research and teaching around a theme emerging.

KEYWORDS: Language, teaching and subject of discourse.

Referências

- ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Editora UFMG. Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003, 434 p.
- HÉBRARD, Jean. *Escravidão e dominação: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX*. Tradução não publicada de Tânia Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa. Salvador, 2000, 64 p.
- LOBO, Tânia Conceição Freire; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de. et al. (Org). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 437-460.
- MAHER, T.M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 67-94.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MENDES, Edileise. O conceito de língua em perspectiva histórica: reflexos no ensino e na formação de professores de português. In: LOBO, Tânia et alii. *Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador-BA: EDUFBA, 2012.

Recebido em 31/07/2014.

Aprovado em 08/11/02014.